

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2011.

Edição nº 621

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins	2
Avisos	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contrato e convênios	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	3
----------------	---

**PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA****BOLETIM Nº 069/2011**

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INTERINO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: DESIGNAR

- a Dra. CARMEN SÍLVIA REIS CONTI, Promotora de Justiça, para oferecer denúncia e acompanhar o feito contra Edmilson Espíndola Teixeira, com base no Inquérito Policial nº 001/2.09.0016479-5, oriundo da 10ª Vara Criminal de Porto Alegre, e, em eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 0144/2011).

- o Dr. IVAN SARAIVA MELGARÉ, Promotor de Justiça, para oferecer denúncia e acompanhar o feito contra Lisandra da Silva Miranda e Márcio da Rocha Assunção, com base no Inquérito Policial nº 001/2.08.0048666-9, oriundo da 2ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, e, em eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 0195/2011).

CLASSIFICAR

- com base no artigo 4º da Lei nº 13.208/2009 e consoante manifestação da Promotora de Justiça, expressa no expediente PR.00034.00621/2009-2, a Dra. CAROLINE GIANLUPI, ID nº 3442128, no cargo de 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Capão da Canoa, de entrância intermediária.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2011.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM Nº 070/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INTERINO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Provimento nº 61/2005 e de acordo com as Leis Estaduais nº 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 08/02/2011, CAROLINA DA CUNHA CAMPOS, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 373, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 0199/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2011.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 08/2011-PGJ

Cientifico que, o Procurador-Geral de Justiça, Interino, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
5159-0900/10-7	1338	Associação de Auxílio aos Necessitados e Idosos de Santa Cruz do Sul	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
5127-0900/10-6	1341	Lar e Centro de Apoio Educacional Helberto Klein de Estância Velha	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
5126-0900/10-3	1342	Conselho Tutelar de Estância Velha	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
69-0900/11-2	1355	Presídio Regional de Santa Cruz do Sul	Mobiliário	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
6865-0900/08-0	1334	Presídio Estadual de São Sepé	Mobiliário e Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
70-0900/11-0	1356	Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul	Mobiliário	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
175-0900/11-1	1372	Instituto Psiquiátrico Forense Dr. Maurício Cardoso	Mobiliário e Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 621

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 071/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

EXONERAR

- a pedido, a contar de 31 de janeiro de 2011, a servidora PAULA CAPRA VALENTINI, ID nº 3412555, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste órgão (Port. 0206/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

SÚMULA

AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO

Processo 4839-0900/10-2

Pregão Eletrônico 66/2010

Mês de competência: JANEIRO/2011

Contratada: DIGITAL CARD – SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO LTDA

Extrato mensal do quantitativo de crachás para identificação funcional contratados:

Item	Quantidade	Descrição	Valor unitário	Valor total
1.1	156	Crachá identificação funcional em PVC 100% - face única	R\$ 3,40	R\$ 530,40
1.2	71	Crachá identificação funcional em PVC 100% - dupla face	R\$ 3,60	R\$ 255,60

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2011.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 009/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00761.00019/2010, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de apurar possível irregularidade no aluguel de sede de Câmara Municipal de Vereadores, em município.

2) Inquérito Civil, nº 00777.00036/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Gaurama, com a finalidade de investigar sobre a omissão da Administração Pública na falta de aplicação de sanções a infratores devido a falta de norma regulamentadora, em município.

3) Inquérito Civil, nº 158/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de verificar possíveis irregularidades no pagamento de horas extras, por parte da Administração Pública, sem a devida prestação de contas, em município.

4) Inquérito Civil, nº 00761.00020/2010, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça Encruzilhada do Sul, com a finalidade de investigar possível irregularidade na concessão de diárias de servidores públicos de cargo eletivo, em município.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 621

5) Inquérito Civil, nº 00855.00077/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Christine Mendes Ribeiro Grehs, da Promotoria de Justiça de rio Pardo, com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa e infração à Lei de Licitações com ofensa aos princípios da Administração Pública e possível envolvimento de servidor público de cargo eletivo, em município.

6) Inquérito Civil, nº 00897.00010/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Davi Lopes Rodrigues Júnior, da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades nas abonações de faltas de servidores públicos de cargo eletivo, em município.

7) Inquérito Civil, nº 00754.00041/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Ioannis Fedrizzi Petalas, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, com a finalidade de apurar possível irregularidade em projeto realizado à assistência social, tais como: aquisição de materiais e da realização de serviços prestados sem os procedimentos licitatórios e, ainda a falta de critérios para a escolha das famílias beneficiadas, em município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.